

**A CONSTRUÇÃO DA SUSTENTABILIDADE  
NOS SERINGAIS EM CRISE:  
UMA QUESTÃO DE GÊNERO.  
ALTO JURUÁ, ACRE/BRASIL: 1912 A 1943**

*Cristina Scheibe Wolff\**

**Resumo**

Com a crise do preço da borracha, a partir de 1912, grandes transformações ocorreram nos seringais da Amazônia ocidental. A sobrevivência dos seringueiros que lá permaneceram foi garantida pela diversificação das atividades, que só foi possível com a incorporação de mulheres ao grupo e a formação de grupos familiares que passaram a centralizar a produção. Procuramos, assim, problematizar a construção histórica da sustentabilidade nas florestas do Alto Juruá da perspectiva das relações de gênero.

**Palavras-chave**

Sustentabilidade; relações de gênero; seringueiros; Amazônia.

**Abstract**

*The crisis that derived from the collapse of the price of rubber in the international market, which began in 1912, brought about great changes in the rubber settlements situated in the west of the Amazon. The survival of the rubber tapping communities was made possible by the diversification of the economic activities through the incorporation of women in the group and families centralising production. In this article, we aim to discuss the historical construction of sustainability in the upper "Juruá" forests (where these rubber communities are based). We also aim to investigate the role gender has played in the survival of these communities.*

**Key-words**

*Sustainability; gender relations; rubber tappers; Amazon.*

*Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo “como ele de fato foi”.  
Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja  
no momento de um perigo.<sup>1</sup>*

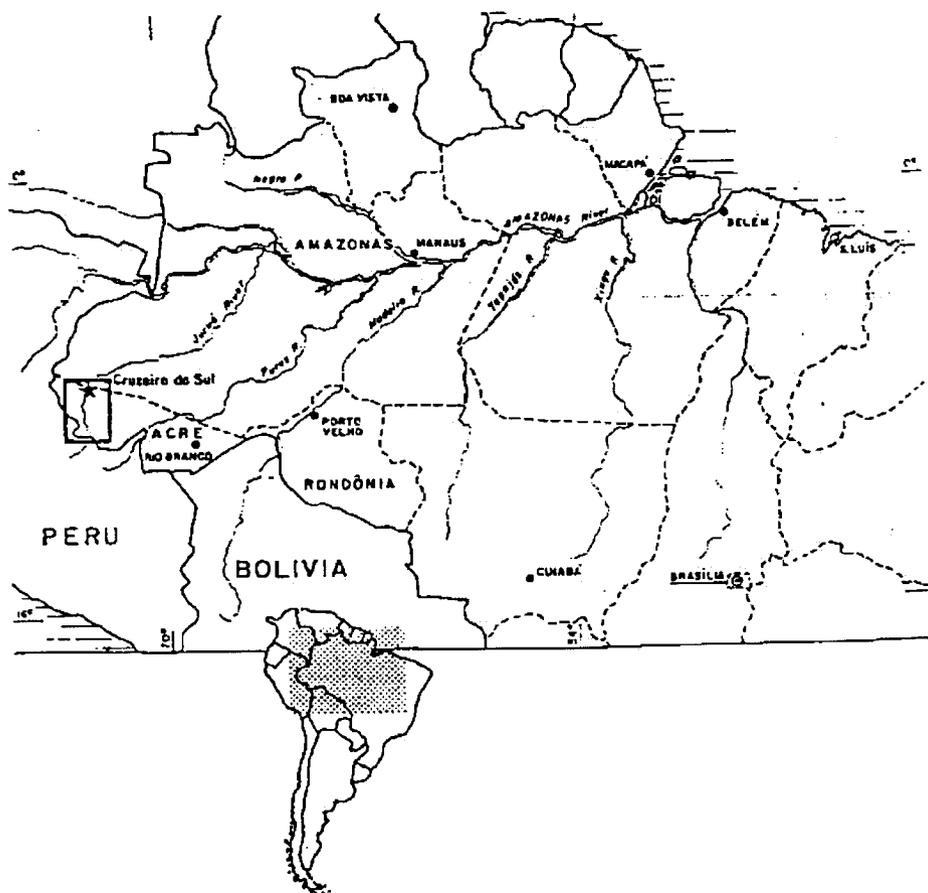
A história amazônica tem sido reportada recorrentemente à história da exploração da borracha e, portanto, ao período em que a borracha amazônica dominou o mercado mundial, alcançando preços muito altos, devido a seu valor estratégico.<sup>2</sup> Entretanto, talvez o período mais rico para o estudo histórico da Amazônia seja o momento da crise da borracha, ao contrário do que tem sido privilegiado pela historiografia e pela mídia. Neste momento, foram lançadas as bases de uma nova economia e de uma nova sociedade para a Amazônia. Neste artigo, tentarei mostrar como, nessa mudança, as relações de gênero tiveram um papel fundamental.

A situação histórica a que me refiro é o período de crise dos seringais amazônicos com a vertiginosa queda da borracha no mercado internacional, na segunda década do século XX, crise que de certa forma se perpetuou, gerando uma nova organização dos seringais. Mas há muitas “Amazônias”, no dizer de Aziz Ab’ Saber,<sup>3</sup> e portanto, é preciso escolher uma delas como ponto de partida. O Alto Juruá, na fronteira do Brasil com o Peru, no ponto mais ocidental do Brasil (ver Mapa 1), é minha escolha, e, a partir da análise da questão naquele espaço mais restrito, creio ser possível tecer comparações e relações com outras regiões de seringais na Amazônia brasileira.

A escolha do Alto Juruá prende-se ao fato de ter sido também essa a área de pesquisa para minha tese de doutorado em História Social, e de ter nessa tese abordado a questão aqui proposta, ainda que de maneira secundária.<sup>4</sup> A partir dessa pesquisa, e, principalmente, por ter vivido por dez meses na Reserva Extrativista do Alto Juruá e em Cruzeiro do Sul, a questão da sustentabilidade e das relações de gênero colocaram-se em meu horizonte de pesquisa e discussão.

Muito se tem falado em sustentabilidade na Amazônia. Esta parece ser a palavra mágica com a qual se poderão resolver os grandes impasses colocados para a região: por um lado, considerando-se a opinião pública mundial de que a floresta precisa ser preservada, e, por outro, os interesses capitalistas de exploração das madeiras, terras e riquezas minerais, bem como ainda, as necessidades das populações que lá vivem de alcançar condições de vida dignas e sua própria sobrevivência cultural, no caso das

Mapa 1  
Amazônia Brasileira<sup>5</sup>



chamadas populações tradicionais. As reservas extrativistas estão na ponta desse *iceberg*, pois são tentativas concretas de conciliar os interesses das populações tradicionais e a preservação do meio ambiente.<sup>6</sup>

As questões que ligam gênero a essa sustentabilidade, entretanto, têm tido muito pouca atenção em todo esse debate e, especialmente, nas práticas implementadas pelas políticas públicas e pelas organizações internacionais que financiam projetos variados

na região. As relações entre homens e mulheres, relações constituídas historicamente com base na opressão, na exclusão e na violência,<sup>7</sup> raramente são levadas em conta na elaboração desses projetos. Aliás, essa foi uma das principais reivindicações do I Encontro Internacional das Mulheres da Floresta Amazônica, realizado em dezembro de 1998 em Rio Branco, Acre.

Não é pequena a importância das divisões, entre homens e mulheres, de trabalhos, de espaços e de esferas de atuação para os modos de vida das sociedades que convivem com a floresta amazônica. E, no caso dos seringueiros, protagonistas do debate sobre as reservas extrativistas, é justamente aí que se deve procurar a chave para a sua sobrevivência como grupo e, de certa forma, para sua convivência “sustentável” com a floresta.

Os seringais começaram a aparecer na região dos altos rios amazônicos já na década de 1870, após um período em que a borracha somente era colhida nessas regiões pelos índios, que trocavam as “drogas do sertão” por mercadorias.<sup>8</sup> Embora se tenha usado a mão-de-obra indígena em muitos seringais, ela foi mobilizada principalmente na colheita do caucho, um outro tipo de goma elástica, que, para ser extraída, demandava a derrubada da árvore, o que tornava nômades<sup>9</sup> os grupos extratores, geralmente chefiados por peruanos. Os brasileiros que foram em busca da borracha dos altos rios traziam consigo um modelo de seringal, implantado desde a década de 1850 na região do Baixo Amazonas. A mão-de-obra era praticamente toda importada do Nordeste, de onde também vinha a maior parte dos “patrões” que, “abrindo” os seringais ou comprando seringais já estabelecidos, tornavam-se donos do “movimento” dos seringais: ou seja, o que importava não era tanto a propriedade da terra, mas o comércio da borracha. Ao comprar o seringal, na verdade o patrão adquiria o monopólio da comercialização de borracha e mercadorias na área. A vinda dessa mão-de-obra de forma massiva do Nordeste relacionou-se também com as grandes secas que atingiram a região nas décadas de 1870 a 1890.

Nesse primeiro momento dos seringais, que se organizavam conforme o sistema de aviamento<sup>10</sup>, a maior parte dos que vinham para trabalhar nos altos rios eram homens sozinhos. No imaginário da região, esse tempo é lembrado como um tempo em que não havia mulheres nos seringais. Havia mesmo seringais, especialmente no vale do Purus, onde era proibida a presença de mulheres: somente o patrão e seus empregados mais graduados, tais como os guarda-livros, que habitavam o barracão, poderiam ter

mulheres.<sup>11</sup> O coronel Cipriano, personagem principal do livro *Coronel de Barranco* que, de forma literária procura retratar a sociedade dos seringais, expressa a posição dos patrões sobre esta questão, em um diálogo com seu guarda-livros:

No “Fé em Deus” [nome do seringal] fêmea? Não quero nem fêmea de bicho. Já ando meio danado com um cearense lá que se meteu a comprar uma mula. O senhor já pensou, Seu Albuquerque? Como é que um seringueiro vai trabalhar direito, cortar mesmo de verdade desde de manhã cedo, com mulher parindo a toda hora e cuidando de curumim? (...) Começa a relaxar no corte. E se dana logo a querer plantar porcaria, pra não comprar no barracão. No fim o patrão é que se dana todo.<sup>12</sup>

Apesar dessa imagem, recorrente também nas entrevistas que realizei no Alto Juruá, e apesar de serem realmente em número muito menor do que os homens, as mulheres existiam na região em um número bastante significativo, que permitiu à primeira autoridade brasileira na área, o coronel Taumaturgo de Azevedo, reportar que cerca de 27% da população local era formada por mulheres (sem incluir aí os grupos indígenas), em 1905.<sup>13</sup> Entretanto, é bem possível que houvesse maior concentração de mulheres “brancas” na cidade de Cruzeiro do Sul e em suas proximidades, ficando os seringais do “alto”, mais próximos às cabeceiras dos rios e os localizados nos “centros”, isto é, afastados das margens dos rios, com um número muito restrito de mulheres.

É importante frisar que os seringais implantados nesse primeiro momento tinham por objetivo exclusivo a produção de borracha e sua troca por mercadorias importadas, que geravam grandes lucros aos patrões e firmas aviadoras. Assim, esses seringais não tinham nada de sustentáveis. Ao contrário, tratava-se de uma economia totalmente integrada ao mercado mundial e dependente do comércio. Todos os alimentos, roupas, instrumentos, nesse período, vinham de fora. Os moradores da região ainda lembram desse aspecto:

*Vinha jabá, vinha feijão, vinha arroz, vinha farinha de baixo, farinha d'água que o povo comprava. (...) O patrão... o seringueiro só tinha mesmo que cortar seringa. (...) Minha filha, porque só era o seringueiro, não tinha família grande, né? Olha, comprava um paneiro de farinha, levava pro centro, pronto, tirava um mês. Cada seringueiro comprava um paneiro, né? Plantavam não. Aí depois (...). Na hora que foi prosperando, que a população foi crescendo foi que foi... que começaram a plantar. Porque não dava. Olha uma família como essa nossa. Pra nós viver só da farinha comprada, não dá.<sup>14</sup>*

A partir de 1912, com a queda dos preços da borracha no mercado mundial, em decorrência da produção asiática de borracha cultivada, que nesse momento alcançou

o mercado em quantidades crescentes, a situação dos seringais amazônicos sofreu grandes transformações. O lucro da borracha, antes suficiente para alimentar toda a cadeia do sistema de aviação, de forma a garantir a riqueza de patrões e aviadores, mesmo à custa da grande exploração dos seringueiros, reduziu-se significativamente. Já não era possível manter a troca da borracha por mercadorias industrializadas e importadas. A saída encontrada pelos seringais dos altos rios foi a diversificação da produção. Além da borracha, era necessário produzir gêneros de subsistência e, se possível, outros produtos extrativos que rendessem algum lucro, como madeiras, peles de animais, óleos e essências da floresta, castanha (nas regiões onde é abundante), entre outros.

Antes, a floresta era tida como uma fonte de borracha, o ouro negro, com o qual podia-se chegar a enriquecer e voltar para o Nordeste natal. Foi no período de crise que a floresta começou a se tornar o território dos seringueiros. Ser seringueiro passa a envolver bem mais do que simplesmente cortar seringa: caça, pesca, agricultura, artesanato, coleta de frutas, cipós, ervas, óleos e cascas de árvores são atividades que integram o cotidiano dos homens e mulheres da floresta a partir da crise.

E mais, o seringueiro dos primeiros tempos era um homem muitas vezes sozinho. Mesmo havendo mulheres nos seringais, elas não tinham um lugar reconhecido, ao menos na produção da borracha ou no comércio de mercadorias, atividades em torno das quais tudo girava.

Porém, com a crise, o foco da atividade produtiva mudou. Antes a produção da borracha centrava-se na empresa seringalista. O seringal era um conjunto que ia do patrão ao seringueiro, passando pelos empregados, como uma “fábrica”, conforme, aliás, costumava-se dizer na época. Nos jornais, os patrões eram normalmente chamados de “industriais”, e a extração do látex e sua defumação, “fabrico”. A partir da crise, a figura do patrão esmaeceu, perdendo muito de seu poder sobre os seringueiros, que se tornaram mais autônomos. Essa autonomia, entretanto, deu-se em termos de famílias. A nova unidade produtiva não era mais o seringal, mas a colocação, gerenciada pelo grupo familiar.<sup>15</sup> Como unidade, a colocação deixou de ser um conjunto de estradas de seringa, envolvendo então muito mais do que isso: roçados de terra firme e várzea, tabocais, palmeiras, árvores frutíferas, madeiras, territórios de caça, lagos, igarapés e igapós. Como disse Tastevin:

A vida não é boa aqui senão para as famílias numerosas, aquelas em que enquanto os rapazes vão colher a goma nativa, o pai vai à pesca, a mãe e as filhas aos cultivos, à

lavagem de roupas, à costura. Mas infeliz do homem isolado, sobretudo se ele vem a cair doente: sua vida não é mais que um longo martírio. Infeliz também daquele cuja família é muito pequena para vir em seu auxílio: ela não faz mais que aumentar sua carga.<sup>16</sup>

As próprias autoridades começaram a incentivar a agricultura na região e a reconhecer a importância da família e das mulheres como “elementos fixadores do homem” e mesmo como alternativa para a economia regional.<sup>17</sup> Cruzeiro do Sul, apesar das grandes dificuldades ligadas ao transporte dos produtos agrícolas, desenvolveu agricultura variada, e sua farinha é ainda hoje conhecida como a melhor do Acre – segundo alguns, a melhor da Amazônia.

O geógrafo Carlos Walter Porto Gonçalves, que analisou o processo geográfico e histórico de criação da Reserva Extrativista Chico Mendes, em Xapuri e Brasília, fala de três “fases” na constituição de um território “seringueiro”. O primeiro momento seria o “território seringalista”, que corresponderia ao período de auge do preço da borracha, de constituição dos seringais e no qual os patrões tinham todo o poder sobre o espaço do seringal. Território, como se vê, é uma noção que implica poder sobre um determinado espaço. O segundo momento, o da crise, para o autor, seria o de constituição nas florestas de um território “híbrido”, onde se mesclariam o poder em decadência dos patrões, enfraquecidos pela crise, pela falta de mercadorias e mesmo, em muitos lugares, abandonando os seringais, com o surgimento gradual da categoria do “seringueiro autônomo”, que passou a existir nas margens do sistema do seringal, a partir das transformações já mencionadas. O pleno domínio de um território seringueiro, entretanto, só se daria a partir da criação das Reservas Extrativistas, na década de 1990, e mesmo assim ainda mediadas e em conflitos constantes com órgãos como o Ibama, prefeituras locais e governos estaduais.<sup>18</sup> Apesar das diferenças regionais entre o vale do Rio Acre e o vale do Juruá, que implicam, inclusive, diferenças ambientais sérias, como a existência de várzeas agricultáveis no período de seca no Rio Juruá, o que possibilitou uma saída para seringueiros e alguns patrões na crise, o processo ocorrido nas duas regiões é ao menos comparável. No momento da crise – que reluto em chamar de “híbrido”, pois o considero fértil, profícuo –, estabeleceram-se as bases para a construção dos modos de vida dos seringueiros que hoje constituem seus territórios em áreas de Reservas Extrativistas, Parques Nacionais e mesmo em seringais e áreas de floresta ainda não demarcadas.

Uma das diferenças importantes entre o Vale do Juruá e o Vale do Acre, no então Território do Acre, foi a resposta demográfica dada à crise da borracha, como se pode ver na tabela abaixo:

**Tabela 1 – População do Território do Acre por municípios em 1920 e 1940 discriminada por sexo**

| Municípios      | 1920   |               |        | 1940   |               |        |
|-----------------|--------|---------------|--------|--------|---------------|--------|
|                 | Homens | Mulheres      | Total  | Homens | Mulheres      | Total  |
| Cruzeiro do Sul | 9.384  | <b>6.106</b>  | 15.490 | 9.694  | <b>8.086</b>  | 17.780 |
| Rio Branco      | 13.210 | 6.720         | 19.930 | 9.048  | 6.990         | 16.038 |
| Sena Madureira  | 13.118 | 8.023         | 21.141 | 6.703  | 5.798         | 12.501 |
| Tarauacá        | 13.359 | 7.062         | 20.421 | 5.606  | 4.378         | 9.984  |
| Feijó           | -      | -             | -      | 4.597  | 3.552         | 8.149  |
| Xapuri          | 9.259  | 6.138         | 15.397 | 4.737  | 3.856         | 8.593  |
| Brasiléia       | -      | -             | -      | 3.694  | 3.029         | 6.723  |
| Total           | 58.330 | 34.049        | 92.379 | 44.079 | 35.689        | 79.768 |
| Vale do Purus   | 35.587 | 20.911        | 56.498 | 24.182 | 19.673        | 43.855 |
| Vale do Juruá   | 22.743 | <b>13.168</b> | 35.911 | 19.897 | <b>16.016</b> | 35.913 |

Censos Demográficos de 1920 e 1940, em tabela elaborada pelo Geógrafo Carlos Walter Porto Gonçalves.

Enquanto, no Vale do Purus, que inclui o Rio Acre, a população total sofreu um decréscimo significativo nos anos mais agudos da crise, a população do Vale do Juruá manteve-se estável. Isso não quer dizer que não houve o abandono da região, já que a população não cresceu em 20 anos, mas que esse abandono foi compensado pelo crescimento natural e pelo incremento significativo no número de mulheres, especialmente no município de Cruzeiro do Sul, nossa área de estudo. Essas mulheres vieram de outras regiões amazônicas, do Nordeste e também dos grupos indígenas existentes na região, e ficaram, enquanto muitos homens iam embora.

Os homens eram engajados no “fabrico” da borracha. Era comum haver dois ou três homens em uma colocação. A crise configurou um novo tipo de seringal. Embora a extração da borracha ainda ocupasse posição de destaque, outras atividades tornaram-se essenciais, e as mulheres passaram a ter papel importante nessa nova economia. Conforme nos conta D. Aci, durante toda sua vida de casada com o atual marido, era ela quem cuidava dos roçados: *“Plantava roça, plantava milho. Meu marido ia só mesmo pra brocar e derrubar, eu que cuidava”*.<sup>19</sup>

Dona Mariquinha também fala de uma vida cheia de trabalho, com muita diversidade de tarefas. Embora oficialmente aposentada, na época da entrevista ela ainda cuidava de alguns netos e fazia o trabalho de parteira para as mulheres vizinhas, o que não implicava só “pegar o menino”, mas também acompanhar o pós-parto, o chamado resguardo, dando assistência à mãe e ao bebê.

*A vida das mulheres aqui, aquelas que queriam viver mais melhor era trabalhando, pra plantar mato, plantando tabaco, plantando feijão, plantando cana, ajudando o marido a colher né? Defumar, pescar também, caçar porque eu também fui uma que, hoje em dia eu não faço mais nada, só sou viva, graças a Deus mas tudo isso eu já fiz, ajudei muito e a gente vivia melhor do que hoje em dia, porque sou aposentada né? E o pessoal diz: – Ah! Fulano hoje tá bem, tá aposentado mas é engano, melhora, não é todo dia que a gente tem o dinheiro da gente e antigamente a gente fazia essas coisas e tinha quem comprasse né, e a gente tinha. É isso, a gente plantando, criando galinha, tinha porco, pato, essas coisas e menino também né?<sup>20</sup>*

Uma das formas para se conseguir um grupo familiar foi a inclusão de mulheres índias, capturadas nas “correrias”. Perguntada sobre se havia mulheres cearenses no tempo de sua mãe, aliás, uma índia capturada em correria, D. Mariana esclarece:

*Tinha não, neguinha, no tempo que tinha muito índio por aqui, as mulheres dos cearenses era as cabocla. (...) Nos começos, a minha mãe contava pra mim, que tinha (...) quatro mulher cearense no Jordão (...) E as outras mulheres tudo era índia. Que pegavam nas correrias. (...) Tinha seringueiro que trabalhava de três quatro seringueiro numa colocação. (...) Só aqueles homens na colocação. Aí tinha um seringueiro e às vez tinha uma cabocla, às vezes um tinha outra, às vez tinha dois seringueiro dentro de uma colocação num afluente assim e tinha duas cabocla. Meu pai contava...<sup>21</sup>*

Com a crise, as mulheres ganharam um espaço legítimo no seringal. Se, no momento anterior foram lembradas como inexistentes ou raras, com a crise e seu aprofundamento, elas tiveram reconhecida importância para o sustento do grupo. O seringueiro solitário, comprometido apenas com a produção da borracha, não era mais viável. Mesmo os migrantes que vieram do Nordeste, ainda com a intenção de voltar em situação mais vantajosa, após passarem alguns anos como seringueiros, nesse momento procuraram aliar-se a mulheres, mesmo que, ao voltarem, elas optassem por ficar nos seringais. Foi o que aconteceu, por exemplo, com D. Aci, cujo primeiro marido, seringueiro que, ao trabalhar muito duro e conseguir algum saldo, mais ou menos na época da Segunda Guerra Mundial, decidiu voltar com seus ganhos para o Nordeste. Ela, porém, decidiu ficar no Acre.

*Quando... o meu primeiro marido eu tinha 14 anos. É de doida que eu era que fugi. E era um cearense. Dai ele foi pro Ceará e deixou eu com três filhos. Com oito anos que a gente estava junto ele foi-se embora, eu sei que ele deixou eu com três filhos, e foi aí que eu me casei com esse outro que eu moro mais ele. (...) Chegou aqui pra trabalhar, pra ver se ajuntava alguma coisa. Chegou aqui se ajuntou. Ficou dez anos aqui. (...) Levou dinheiro, isso era seringueiro, trabalhador, mas era 6 dias por semana que ele cortava. Trabalhador que fazia medo. Aí queria que eu fosse pro Ceará mais ele, eu disse: não vou. (...) Já não gostava muito dele não. Judiava muito comigo e me açoitava. Só porque tava bêbado.<sup>22</sup>*

Portanto, a transformação nas relações de gênero possibilitou a criação de um novo modo de vida nos seringais. Transformação quanto ao número de mulheres, que aos poucos foi incrementado pela inclusão de índias, pelo próprio nascimento de mulheres ou pelo maior equilíbrio entre o número de homens e mulheres causado pelo abandono da região por muitos nordestinos. Entretanto, essa mudança decorreu de outra, mais sutil, porém efetiva, que legitimou um espaço para as mulheres nos seringais. Elas passaram a ter papéis reconhecidos na economia e na sociedade locais.

Assim, as formas como homens e mulheres improvisaram e elaboraram sua sobrevivência no “momento de perigo” da crise da borracha dizem respeito tanto ao debate sobre o que seria sustentabilidade, quanto ao debate sobre gênero. Nas relações entre homens e mulheres, que se constroem também como relações de poder, delineiam-se responsabilidades, maneiras de fazer, reinventa-se o cotidiano de forma sustentável.

Ao falar da experiência de populações tidas como tradicionais, como os seringueiros, a noção de “sustentabilidade” parece muito mais apropriada do que a de “desenvolvimento sustentável”. De qualquer forma, essa sustentabilidade a que nos referimos passa longe de cálculos sobre gastos e balanços de energia que ecólogos e biólogos elaboram para estabelecer níveis populacionais possíveis e “sustentáveis” na floresta. Trata-se de levar em conta muitos fatores, não somente um número de calorias que poderia “sustentar” as pessoas. Mas nessa noção de sustentabilidade, é preciso que entrem também padrões culturais de apropriação e transformação da natureza, diferenciações étnicas, de gênero e de classes nessa apropriação, assim os saberes e valores forjados na história dessas populações. Também não se trata de atribuir a perfeição a nenhum grupo social ou sociedade. Vários grupos humanos têm conseguido graus diferenciados de “sustentabilidade”: ao mesmo tempo, conseguem sobreviver, manter seus padrões culturais (e aí até podemos questionar esses padrões) e possibilitar a reprodução do meio ambiente com o qual convivem, sejam florestas, manguezais, áreas litorâneas, cerrados ou outros.

Neste sentido, sustentabilidade é sobrevivência, desde que isso implique também preservação da qualidade ambiental. Mas também deve-se destacar que, em nossa sociedade, o acesso aos recursos naturais é marcado por grandes diferenciações.<sup>23</sup> Os livros sobre meio ambiente estão cheios de estatísticas sobre a produção de lixo, o esgotamento de fontes energéticas, a poluição das águas e do ar e outras conseqüências do industrialismo e do consumismo. Mas quem é que consome? Quem tem acesso aos bens industrializados? E até que ponto esses bens trazem melhor qualidade de vida? Essas questões estão no cerne do debate sobre o desenvolvimento sustentável e demarcam projetos políticos diferenciados para o futuro.<sup>24</sup> Não há consenso: o confronto está posto.

Pessoalmente, não acredito em uma volta total a uma vida integrada à natureza, assim como não vejo ser possível sustentar por muito tempo os padrões atuais da sociedade ocidental globalizada, ao menos para aqueles que atingem esses tais padrões dentro dessa sociedade. Portanto, considero importante aprender com a diferença. Como índios, ribeirinhos, seringueiros, pescadores têm vivido em seus ambientes, preservando-os? Como, historicamente, foram capazes de construir sua sustentabilidade? E ainda, por que, mesmo diante da agressiva globalização, têm lutado para manter-se dentro de padrões tradicionais, e sustentáveis, de sobrevivência?

Talvez a crise da borracha, acompanhada do refluxo de uma economia, antes baseada totalmente no mercado, transformada numa economia em que a diversificação, a troca, a auto-suficiência passaram a ser a tônica, pareça-nos importante agora ao vivermos esse momento de perigo: momento em que temos a certeza de não ser possível continuar com um consumismo tão exacerbado, quando já não sabemos onde colocar o nosso lixo e de onde tirar a energia necessária a tanta produção, da qual apenas uma pequena parte das pessoas do mundo tira algum proveito.

A diferenciação social na acessibilidade e na gestão dos recursos naturais não implica, assim, somente classes sociais diferentes, mas também é marcada pelo gênero e pelas diferenciações étnicas. Esse, aliás, tem sido um grande argumento na discussão levantada por autoras “ecofeministas” como Vandana Shiva. Para ela, as mulheres e as crianças do Terceiro Mundo são as mais atingidas pelas crises ambientais trazidas pelo “desenvolvimento”, já que muitas vezes sua sobrevivência está intimamente ligada aos ecossistemas a que tinham acesso e, ao mesmo tempo, são elas que menos partilham de quaisquer vantagens trazidas por esse “desenvolvimento”.<sup>25</sup>

O termo “populações tradicionais” tem sido usado para designar populações de camponeses, pescadores, coletores e artesãos que mantêm uma grande dependência em relação ao território que ocupam, estabelecendo um modo de vida próprio.<sup>26</sup>

No caso dos seringueiros, que hoje são “enquadrados” nessa categoria, inclusive com suas Reservas Extrativista sob a supervisão do Conselho Nacional de Populações Tradicionais (CNPT) do Ibama (Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), estamos diante de um caso de transformação, em menos de um século, de uma população grandemente inserida no mercado, tanto pela produção de uma mercadoria, a borracha, como pelo consumo de mercadorias industrializadas, de uma população com um modo de vida grandemente voltado à subsistência. De uma população advéncia, vinda de regiões bastante diferenciadas, que se torna conhecedora da “natureza e seus ciclos” e dependente de um território que reconhece como “seu”, a floresta.

O reconhecimento dos seringueiros como uma “população tradicional” tem grande importância no momento atual, em que algumas Reservas Extrativistas foram criadas na Amazônia e no Acre em particular, incluindo uma, na região do Alto Juruá. A Reserva Extrativista visa, a um só tempo, a preservação do meio ambiente, das culturas tradicionais que reconhecem aquele meio como seu território, e a posse desse território por essa população.

O momento mais importante para o entendimento do que é a região amazônica hoje, portanto, não é o curto período de auge do preço e da produção extrativa da borracha nativa, das grandes migrações de nordestinos para a região e da primeira configuração dos seringais. Para compreender a(s) Amazônia(s) de hoje, é imprescindível o estudo das conseqüências da crise da borracha e da transformação dos modos de vida das populações que viviam na Amazônia para a construção das diferentes possibilidades que ali se concretizaram nos seringais, castanhais, buritizais, na margem dos rios e colônias agrícolas, a partir das populações advéncias e nativas e de seu relacionamento com o meio ambiente.

A experiência dos seringueiros mostra que ser “uma população tradicional” é algo construído historicamente, condicionado pelas conjunturas econômicas, políticas e culturais, mas construído nas opções de cada seringueiro que ficou nos altos rios apesar da crise, acreditando na possibilidade de melhoria do preço da borracha ou optando mesmo por um modo de vida no qual a subsistência era o central, não mais o mercado. Afinal, as tradições também são sempre inventadas e reatualizadas de acordo com as novas configurações sociais, como bem nos mostraram Eric Hobsbawm e Terence Ran-

ger.<sup>27</sup> A cultura é sempre dinâmica, criada e recriada de acordo com as circunstâncias e as experiências, e, como acontece com as chamadas tradições, muitas vezes de caráter étnico, pode ser usada de muitas formas. Manuela Carneiro da Cunha mostrou como os grupos indígenas vêm retomando aspectos “tradicionais”: músicas, danças, pinturas corporais, a língua, entre outros, para se auto-afirmarem como indígenas no momento em que esse estatuto também pode lhes permitir o acesso à terra, já que, por um lado, a identidade étnica fortalece os laços e legitima sua luta e, por outro, essa legitimidade encontra eco na atual legislação brasileira e nos pareceres dos antropólogos.<sup>28</sup>

Sendo a sustentabilidade uma construção histórica e cultural – e espero que consigamos no futuro construir algum nível de sustentabilidade para a nossa sociedade ocidental –, fazem parte desta construção vários níveis de relações. Uma determinada maneira sustentável de viver implica uma forma de relações entre sociedade e meio ambiente, mas essas relações não se dão por igual entre todos da sociedade e toda a natureza. Articulam-se a essa relação as classes sociais e a maneira como cada classe se relaciona com a natureza, apropria-se dela e, ainda, a maneira como as diversas classes relacionam-se entre si. Os grupos étnicos também, por terem representações e modos de vida diferenciados, relacionam-se de maneiras diversas com a natureza e entre si. E ainda há as relações de gênero.

As relações de gênero não podem ser vistas apenas como papéis normativos, ditados por cada cultura a homens e mulheres. As relações de gênero são, sim, pautadas por representações sociais, que se confrontam e configuram um campo de concorrências.<sup>29</sup> Mas também são experiências, experiências vividas e reelaboradas pelas pessoas em sua cultura. Ou, como afirmam Suely Kofes e Adriana Piscitelli, experiências que não implicam apenas ação, mas também reflexão do sujeito sobre a ação.<sup>30</sup> E, portanto, experiências que, a partir dessa reflexão, configuram novas representações sociais. Ser homem ou ser mulher nos seringais dos altos rios pode ser visto como uma experiência específica, diferente, apesar de ali estarem colocados papéis normativos semelhantes aos compartilhados por toda a sociedade ocidental. Porém, a interpretação que os sujeitos sociais farão desses papéis normativos, e mesmo de papéis prescritos dentro da própria cultura popular nordestina, mesclando essas matrizes entre si e com costumes indígenas e novas criações, constitui, junto com as improvisações cotidianas decorrentes da necessidade de sobrevivência na floresta, o ser homem e o ser mulher no seringal.

Esse sujeito social poderia ser, então, entendido, como propõe Teresa de Lauretis, como:

um sujeito constituído no gênero, sem dúvida, mas não apenas pela diferença sexual, e sim por meio de códigos lingüísticos e representações culturais; um sujeito “engendrado” não só na experiência de relações de sexo, mas também nas de raça e de classe; um sujeito, portanto, múltiplo em vez de único, e contraditório em vez de simplesmente dividido.<sup>31</sup>

No seringa, ser mulher e descendente de kachinawa é diferente de ser mulher e descendente de cearenses. Ser homem cearense, afrodescendente, é diferente de ser homem descendente de indígenas acreanos. Ou seja, não importa apenas aquilo que se convencionou, em determinada sociedade, que deva ser um homem ou uma mulher, mas também, junto e confrontando-se com essas noções, as experiências inventadas por homens e mulheres em seu cotidiano, que são lidas muitas vezes a partir da cultura compartilhada pelos estereótipos, mas que também colocam em cheque esses estereótipos e reinventam a cultura.

Várias têm sido as formas de articular gênero e meio ambiente, ao longo das últimas décadas. O ecofeminismo talvez seja a mais expressiva tentativa nesse sentido, além, é claro, da questão demográfica, sempre levantada. No entanto, normalmente as(os) autoras(es) que tratam desse prisma a questão ambiental não trabalham verdadeiramente com a noção de relações de gênero, pois “naturalizam” o “ser mulher”, colocando as mulheres na esfera da natureza e da reprodução da espécie, ao mesmo tempo em que ou bem eximem os homens de suas responsabilidades na reprodução humana, ou os colocam como “vilões” da história, já que como representantes da civilização e do progresso são destruidores.

Como Braidotti, cada vez mais nos convencemos da necessidade de visibilizar que as mulheres não podem ser colocadas nem como as únicas ou as principais vítimas dos processos de desenvolvimento, nem como responsáveis ou como as únicas capazes de gerenciar um processo de desenvolvimento sustentável.<sup>32</sup> Estas têm sido posturas assumidas tanto por ecofeministas como até por agências internacionais promotoras de políticas de desenvolvimento. Numa posição assume-se como natural a dominação feminina e, na outra, propõe-se uma inversão de papéis, em que as mulheres, por sua relação privilegiada com a natureza, teriam condições de gerir melhor que os homens a utilização dos recursos naturais.

A experiência do Alto Juruá interessa nesse debate, por mostrar como transformações nas relações de gênero e na relação entre gênero e meio ambiente e sustentabilidade podem ocorrer sem que haja significativas mudanças quanto à dominação das mulheres e crianças, por exemplo. O que percebemos na pesquisa é que a violência masculina contra as mulheres continuou ou até se acentuou no período estudado (embora o cres-

cimento do número de processos judiciais não seja um indicador satisfatório, já que pode apenas indicar uma melhor organização da polícia e do sistema judiciário), apesar de elas ocuparem nessa sociedade um lugar importante para a produção e para a subsistência, como indicam textos da época, jornais e mesmo depoimentos nos processos judiciais e nas entrevistas realizadas com idosos.

Gênero e sustentabilidade articularam-se, na história dos “povos da floresta” amazônica, como experiências históricas e sociais que deram a homens e mulheres diferentes papéis na produção de sua sobrevivência, na sua sustentabilidade, já que a sobrevivência desses povos extrativistas depende da preservação da floresta. Esses papéis, formais ou informais, improvisados no cotidiano e interpretados e refletidos com os elementos culturais disponíveis, precisam ser entendidos em suas especificidades para que se possa inclusive repensá-los em busca de uma nova sustentabilidade.

É preciso desconstruir o discurso que torna índios, seringueiros, ribeirinhos “naturalmente” defensores da natureza e mostrar como esses grupos se construíram historicamente como “povos da floresta”. Da mesma forma, as mulheres amazônidas tiveram muitas trajetórias históricas, que as constituíram em maior ou menor grau ligadas à sustentabilidade construída na região.

Porém, na conquista de uma nova sustentabilidade, incrementada pelo acesso à saúde, à educação, à justiça e ao lazer, é impossível manter a violência e a dominação sobre as mulheres, tal qual ocorre atualmente entre as “populações tradicionais”. E as mulheres podem ser agentes importantes nessa construção, como têm mostrado as quebradeiras de coco babaçu do Pará, Tocantins e Maranhão<sup>33</sup> e as índias de Roraima. Estas últimas, em sua campanha contra o alcoolismo, têm feito “greve” ao se recusarem a produzir a bebida tradicional “forte”.<sup>34</sup>

Na Reserva Extrativista do Alto Juruá, as mulheres têm tido certa participação nas assembléias e diretorias da Associação dos Seringueiros e Agricultores, especialmente no Projeto de Saúde, principalmente quando este projeto centrou sua ação na “Saúde da Mulher”. Nos projetos ligados à área da produção extrativista, agroflorestal e mesmo na área da comercialização, elas ainda têm uma presença muito pequena, pelo menos publicamente. Houve um tempo, porém, em que a presença das mulheres, seu trabalho e a nova organização produtiva, por aumento de número e por constituição de famílias, foram fundamentais para a possibilidade da sobrevivência e para a construção da sustentabilidade na região. Talvez esse seja um novo momento para pensar novas trans-

formações nas relações de gênero, admitindo a importância produtiva das mulheres, dando-lhes voz e poder de decisão junto aos homens, para que se possa construir uma nova sustentabilidade.<sup>35</sup>

Recentemente, em uma conferência, Enrique Leff parafrazeou Foucault, dizendo que o ambiente não é uma coisa e, sim, um saber. Sua argumentação consistia em uma discussão sobre o papel das chamadas ciências humanas na criação de uma “racionalidade ambiental”, uma nova forma de viver e pensar que deveria contrapor-se à “racionalidade capitalista”.<sup>36</sup> Neste sentido, penso que a contribuição da história para esse saber pode ser, justamente, a de levantar situações e interpretar outros momentos de perigo, em que transformações nas relações sociais e nas relações entre os seres humanos e a natureza são concretizadas, talvez não para encontrar caminhos, que deveriam ser inéditos diante das novas circunstâncias e expectativas históricas, mas pelo menos para vermos que a mudança é possível e que a sustentabilidade, mesmo que uma imperfeita, não é simplesmente uma utopia irrealizável. Ao mesmo tempo, uma perspectiva de gênero pode chamar a atenção, nesse panorama, para o fato de que essa sustentabilidade precisa ser construída junto com novas relações sociais, nas quais as diferenças não signifiquem barreiras, dominação e violência. E se não podemos concordar com as ecofeministas quando colocam as mulheres como dotadas de uma predisposição para a conservação e o cuidado com a natureza, podemos ao menos admitir que as relações de gênero estão ligadas, em nossa sociedade, a um complexo de relações do qual o aspecto humanidade/meio ambiente faz parte. Isso tudo fica claro, no caso do Alto Juruá, onde, a exemplo de muitos lugares da Amazônia brasileira, durante a crise da borracha, construiu-se um modo de vida em que, a partir de novas relações entre homens e mulheres, a diversificação, a auto-sustentação e a preservação da floresta substituíram uma economia baseada no extrativismo exclusivo da borracha e na relação mercantil e desigual entre seringueiros e patrões.

*Artigo recebido em setembro de 1998 e aprovado para publicação,  
pelo Conselho Editorial, em maio de 2001.*

## Notas

\* Professora do departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina. Doutora em História Social, pela Universidade de São Paulo, 1998.

<sup>1</sup> Benjamin, W. "Sobre o conceito de história". In: *Obras escolhidas. Magia e técnica, arte e política*. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. 4 ed., São Paulo, Brasiliense, 1985, p. 224.

<sup>2</sup> Weinstein, B. *A borracha na Amazônia: expansão e decadência. (1850-1920)*. Trad. Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo, Hucitec/Edusp, 1993.

<sup>3</sup> Ab'Saber, A. "A Região amazônica". In: D'Incao, M. Â. e Silveira, I. M. da (orgs.). *A Amazônia e a crise de modernização*. Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994, pp. 75-84, p. 78.

<sup>4</sup> Tese publicada em livro: Wolff, C. *Mulheres da floresta: uma história Alto Juruá – AC (1890-1945)*. São Paulo, Hucitec, 1999.

<sup>5</sup> Fonte: Almeida, M. W. B. de. *Rubber tappers of the upper Juruá river, Brazil. The making of a forest peasant economy*. Tese de doutorado. Cambridge, University of Cambridge, 1992.

<sup>6</sup> Arnt, R. (ed.). *O destino da floresta: reservas extrativistas e desenvolvimento sustentável na Amazônia*. Rio de Janeiro/Curitiba, Relume-Dumará/Instituto de Estudos Amazônicos e Ambientais, Fundação Konrad Adenauer, 1994.

<sup>7</sup> Ver, sobre isto: Wolff, C. S. Relações de gênero e violência nos seringais do Alto Juruá – Acre. 1870-1945. *Revista de Ciências Humanas* 21, vol. 15, abril. Florianópolis, 1997, pp. 91-108. Simonian, L. T. L. "Mulheres seringueiras na Amazônia Brasileira. Uma vida de trabalho silenciado". In: Álvares, M. L. M e D'Incao, M. A. (orgs.). *A mulher existe? Uma contribuição ao estudo da mulher e gênero na Amazônia*. Belém, Gepem/Museu Goeldi/CNPq, 1995, pp. 97-115.

<sup>8</sup> Drogas do sertão eram chamados os diversos produtos extrativos da floresta, como salsaparrilha, cacau, óleo de copaíba, manteiga de ovos de trajaá (tartarugas), borracha, entre outros. Os índios trocavam esses produtos por ferramentas de metal e outras mercadorias. Ver: Chandless, W. Notes of a journey up the river Juruá. *The Journal of the Royal Geographical Society*, v. 39. 1869, pp. 296-311.

<sup>9</sup> Cunha, E. da. *Um paraíso perdido. Ensaio, estudos e pronunciamentos sobre a Amazônia*. Organização, introdução e notas de Leandro Tocantins. 2 ed., Rio de Janeiro, José Olympio, 1994.

<sup>10</sup> Pelo sistema de aviamento, o seringueiro tinha sua viagem, seus instrumentos de trabalho e sua subsistência, durante a primeira safra, financiados pelo "patrão", formando uma dívida que deveria ser paga com a produção da borracha, mas que, por ser uma troca desigual, resultava quase sempre numa situação de permanente dívida do seringueiro com o patrão. Este, por sua vez, aviava-se junto a grandes casas comerciais de Manaus ou Belém, as "casas aviadoras". Ver: Weinstein, op. cit.

<sup>11</sup> Ver: Woortmann, E. F. Família, mulher e meio ambiente no seringal. XX REUNIÃO DA ANPOCS. Caxambu, *Anais*, 1996; Homens de hoje, mulheres de ontem. Gênero e memória no seringal. II SEMANA DE ANTROPOLOGIA. Goiânia, *Anais*, Instituto de Pesquisas/ UFGO, 1997.

<sup>12</sup> Lima, C. de A. *Coronel de barranco*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1970, p. 65.

<sup>13</sup> Prefeitura do Alto Juruá. Primeiro relatório semestral apresentado ao Exmo. Sr. Dr. José Joaquim Seabra, Ministro da Justiça e Negócios Interiores pelo coronel do corpo de engenheiros Gregório Thaumaturgo de Azevedo, prefeito do departamento. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1905, p. 23.

- <sup>14</sup> Entrevista com Dona Mariana – Maria Feitosa do Nascimento, realizada na Boca do Machadinho, Rio Tejo, reserva extrativista do Alto Juruá – AC, em 14/11/1995, por Cristina Scheibe Wolff.
- <sup>15</sup> Almeida, M. W. B. As colocações como forma social, sistema tecnológico e unidade de recursos naturais. *Terra Indígena* 54, vol. VII. Araraquara, 1990.
- <sup>16</sup> Tastevin, C. Le H. T. *La Géographie*. T. XLV, janeiro-fevereiro, 1926, pp. 34-54, p. 43 (tradução minha).
- <sup>17</sup> Ver, por exemplo: Costa, J. C. *A conquista do deserto ocidental*. 2 ed., São Paulo/Brasília, Nacional/INL, 1973, pp. 28-29.
- <sup>18</sup> Gonçalves, C. W. P. *Geografando. Nos varadouros do mundo. Da territorialidade seringueira à territorialidade seringueira: do seringal à reserva extrativista*. Tese de doutorado em Geografia. Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1998. Devo a este autor também várias informações e idéias que saíram de nossas discussões, trocas e conversas.
- <sup>19</sup> Entrevista realizada com a Sra. Francisca Nobre de Melo, D. Aci, de 64 anos, na Boa Vista, reserva extrativista do Alto Juruá, por Cristina Scheibe Wolff, em 28/3/95.
- <sup>20</sup> Entrevista com D. Maria Pereira do Nascimento, D. Mariquinha, e Sr. Francisco Epifânio do Nascimento, realizada no dia 23/11/1995, na Vila Restauração, reserva extrativista do Alto Juruá, por Cristina Scheibe Wolff, com a participação do Sr. José Virgílio de Andrade.
- <sup>21</sup> Entrevista com Dona Mariana, Maria Feitosa do Nascimento, realizada na Boca do Machadinho, Rio Tejo, reserva extrativista do Alto Juruá – AC, em 14/11/1995, por Cristina Scheibe Wolff. Na região, o termo caboclo equivale a índio.
- <sup>22</sup> Entrevista realizada com a Sra. Francisca Nobre de Melo, D. Aci, 64 anos, na Boa Vista, reserva extrativista do Alto Juruá, em 28/3/95, por Cristina Scheibe Wolff.
- <sup>23</sup> Souza, M. J. L. de. “Exclusão social, fragmentação do tecido sociopolítico-espacial da cidade e ‘ingovernabilidade urbana’. Ensaio a propósito do desafio de um ‘desenvolvimento sustentável’ nas cidades brasileiras”. In: Silva, J. B. da, Costa, M. C.L. e Dantas, E. W. C. (orgs.) *A cidade e o urbano*. Fortaleza, Edições UFC, 1997, pp. 247-64, pp. 247-248.
- <sup>24</sup> Sobre isso, ver Montbellier Filho, G. *O mito do desenvolvimento sustentável*. Tese de doutorado em Ciências Humanas. Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, 1999.
- <sup>25</sup> Shiva, V. “The impoverishment of the environment: women and children last”. In: Mies, M. e Shiva, V. *Ecofeminism*. Halifax, Fernwood; Londres, Zed Books, 1993, pp. 70-90.
- <sup>26</sup> Diegues, A. C. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo, Hucitec, 1996, pp. 87-88.
- <sup>27</sup> Hobsbawm, E. e Ranger, T. (orgs.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984. Ver ainda Flores, M. B. R. *Oktoberfest. Turismo, festa e cultura na estação do chopp*. Florianópolis, Letras Contemporâneas, 1997.
- <sup>28</sup> Cunha, M. C. da. “Etnicidade: da cultura residual mas irreduzível”. In: *Antropologia do Brasil*. São Paulo, Brasiliense/ Edusp, 1986, pp. 97-108.
- <sup>29</sup> “As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por ela menosprezados, a legitimar um projecto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas.

Por isso, esta investigação sobre as representações supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação”. Chartier, R. *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro/Lisboa, Bertrand /Difel, 1988, p. 17.

<sup>30</sup> Kofes, S. e Piscitelli, A. Memória de histórias femininas, memórias e experiências. *Cadernos Pagu* (8/9). Campinas, 1997, pp. 343-354, p. 345.

<sup>31</sup> Lauretis, T. de. “A tecnologia do gênero”. In: Hollanda, H. B. de (org.). *Tendências e impasses. O feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro, Rocco, 1994, pp. 206-242, p. 208.

<sup>32</sup> Braidotti, R. et alii. *Women, the environment and sustainable development. Towards a theoretical synthesis*. Londres, Zed Books, In straw, 1994.

<sup>33</sup> Almeida, A. W. B. de. *Quebradeiras de coco babaçu: identidade e mobilização. Legislação específica e fontes documentais e arquivísticas (1915-1995)*. São Luís, III Encontro interestadual das quebradeiras de coco babaçu, 1995.

<sup>34</sup> Simoniam, L. T. L. “Mulheres indígenas de Roraima discutem alcoolismo: na luta contra a doença que atinge jovens e adultos, elas deixam de preparar as bebidas tradicionais”. Porantim, maio de 1997, p. 5.

<sup>35</sup> Cf. Wolff, C. S. e Franco, M. P. *As mulheres e a economia da floresta no Alto Rio Juruá*. Texto apresentado no encontro *Fazendo gênero: cultura, política e sexualidade no século XXI*. Florianópolis, UFSC, 2000.

<sup>36</sup> O autor desenvolve estas idéias em Leff, E. *Epistemologia ambiental*. São Paulo, Cortez, 2001. Trata-se de renomado economista mexicano, que vem trabalhando há anos com a questão ambiental e do desenvolvimento sustentável. A conferência foi realizada em Florianópolis, na Universidade Federal de Santa Catarina, no dia 2/5/2001.